

Guilhotina do povo

Jota Alcides

Editor-Chefe

CPI - Orçamento

Com a decisão de ouvir todos os citados e acusados no escândalo do Orçamento, inclusive ex-ministros e possivelmente governadores, mesmo sob pressão para eventual prorrogação de seus trabalhos além do dia 17 de janeiro, os dirigentes e coordenadores da CPI sobre irregularidades na manipulação de verbas orçamentárias mostram, mais uma vez, firmeza de propósitos e objetivos. Reafirmam a disposição original da CPI de não relaxar contra os que se relaxaram no poder abusando da confiança do povo. Se houver necessidade de dilatação do prazo de investigações, que assim seja, serena e responsabilmente.

Aprofundar ao máximo a busca da verdade, para restaurar a imagem e o prestígio do Congresso diante da opinião pública nacional, é uma oportunidade histórica que a CPI não pode perder. Da mesma forma, todos os envolvidos nas denúncias apresentadas pelo ex-diretor de Orçamento da União, José Carlos Alves dos Santos, precisam ter chance para oferecer seus esclarecimentos, argumentando sua defesa e evitando que seus nomes permaneçam, de alguma forma, referenciados, comprometidos ou vinculados com o esquema de corrupção orçamentária. O importante é que fiquem garantidas a imparcialidade e a transparência das apurações, absolvendo-se os inocentes e punindo-se, rigorosamente, os culpados, como deseja a sociedade brasileira.

Sabe-se que em 1991 líderes partidários na Câmara bloquearam a instalação de uma CPI requerida para apurar denúncias que se avolumavam contra a Comissão Mista do Orçamento. Vários desses líderes na época, como Genebaldo Correia (PMDB-BA), Ricardo Fiúza (PFL-PE) e José Luiz Maia (PPR-PI) agora reapareceram entre os principais acusados e investigados. Em 1991, manobras de líderes e sentimento de corporativismo na Câmara acabaram arquivando uma iniciativa de inquérito que poderia ter

evitado a perversa ampliação de gigantesco rombo feito silenciosamente nos cofres públicos. O arquivamento daquela CPI, na verdade, serviu para proteger o esquema operado, competentemente, pela máfia do Orçamento. Pelas investigações em andamento, o rombo já pode ultrapassar os 500 milhões de dólares, entre desvios, falcatruas e roubos, sobretudo com verbas de subvenções sociais e emendas beneficiando empreiteiras e projetos eleitorais de numerosos parlamentares. O escândalo estremeceu a Nação e reavivou o movimento nacional pela ética na política.

Homens sérios e honrados, políticos experientes e respeitados, os dirigentes da CPI, presidente Jarbas Passarinho, vice-presidente Odacir Klein e relator-geral Roberto Magalhães, apesar de todas as dificuldades e interferências, estão revelando perfeita sintonia com o sentimento da maioria dos brasileiros. Assimilam e enfrentam as reações do espírito de corpo que se manifestam em alguns setores do Congresso porque entendem que o Congresso passa por um processo delicado e complicado, mas necessário, de "autoflagelação", segundo a definição precisa do senador Paulo Bisol. Sabem que aquela chance perdida em 1991, renovada agora dois anos depois, não pode nem deve ser desperdiçada. E principalmente estão conscientes de que este é um momento histórico não apenas para o Congresso, mas para a própria democracia brasileira.

Sofrido pela ação inescrupulosa de homens públicos indecentes, o Brasil não suporta nem aceita mais a impunidade de corruptos e corruptores. O expurgo da vida pública desses falsos líderes políticos, através da cassação de mandatos, do confisco de bens e de outras punições, é uma exigência da sociedade que está clamando por moralidade e renovação de valores para reconstrução do País com justiça e dignidade. Para a maioria dos brasileiros, esta CPI é uma guilhotina do povo que deve aplicar golpe firme e definitivo contra os que se locupletaram roubando o dinheiro da Nação.